



# **CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 2002-2018**

Alguns apontamentos

Darcy Francisco Carvalho do Santos  
Julho/2019

## Sumário

1. Introdução.....	2
2. Comportamento das principais variáveis financeiras .....	2
2.1. Receita corrente líquida - RCL .....	3
2.1.1. Crescimento do ICMS.....	4
2.2. Indicadores financeiros em % da RCL .....	6
a) Margem para investir e investimentos .....	6
c) Grau de endividamento do Estado.....	11
d) Despesa com pessoal mais ODC.....	12
d.1.) Despesa com previdência.....	14
d) Resultado orçamentário e receitas de capital.....	17
3. Estado do R.G.do Sul no “ranking” nacional em 2018 .....	20
Conclusão.....	21
Referências Bibliográficas .....	23
ANEXO DE TABELAS .....	24

## **1. Introdução**

Inicialmente, cabe destacar que até 2009 a fonte de dados adotada para esta análise foi o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados, da STN, que com o passar dos anos, deixou muito a desejar, por conter duplas contagens em despesa de pessoal e registros em outras despesas correntes (ODC) do que seria despesa de pessoal. Por isso, damos mais ênfase à análise da soma pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira). Também deixou de constar o passivo financeiro e não financeiro, o que impediu de fazer uma análise que envolvesse esses indicadores.

Diante dessa dificuldade, a partir de 2010, passamos a coletar os dados junto aos *sites* dos próprios estados, nos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, especialmente o “Resultado Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

## **2. Comportamento das principais variáveis financeiras**

Nesta parte é feita uma análise da evolução das principais variáveis financeiras em proporção da receita corrente líquida – RCL.

A RCL considerada não é aquela da lei de responsabilidade fiscal - LRF que, diante das diversas exclusões da própria lei e das interpretações posteriores, deixou de ser um parâmetro adequado para comparações. Por isso, adotamos a RCL gerencial, constituída da receita corrente, menos as transferências aos municípios e das perdas do Fundeb. Dito de outra forma, a RCL considerada é a parcela da receita corrente que, efetivamente, fica com os estados. Por isso, começamos a análise da evolução da própria RCL.

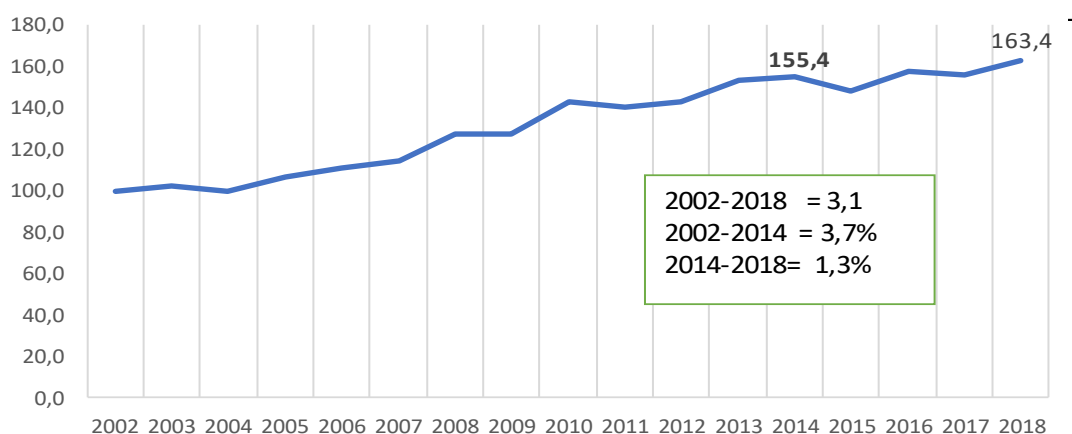
Adotamos a RCL da LRF apenas para medir o endividamento, na relação DCL/RCL. Os dados financeiros em seus valores absolutos estão geralmente atualizados pelo IPCA, pela sua variação média anual.

Neste trabalho, quando falamos da variação de um período, estamos considerando os anos contidos nos dois extremos. Por exemplo, o período 2002-2018, consideramos os 16 anos contidos no intervalo, começando pelo exercício de 2003.

## 2.1. Receita corrente líquida - RCL

A RCL do Estado do Rio Grande do Sul no período 2003 a 2018 cresceu a uma taxa real média anual de 3,1%, a 23ª posição no país. No período 2003-2014 o crescimento foi maior, alcançando 3,7% ao ano. Já no período 2015-2018 ela caiu para apenas 1,3%, em decorrência da crise econômica (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1. Estado RS - Evolução relativa da RCL entre 2002-2018, em termos reais



Fonte: Até 2009 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(R.G.Sul- Indicadores financeiros/RCL estados/H-113)

Já o gráfico 2.2 oferece a comparação entre o crescimento da RCL dos estados, em que o Estado do Rio G.do Sul, com 3,1%, ocupou a 23ª colocação no País, bem abaixo da média e da mediana nacionais, que foram de 4%. O Estado do Rio de Janeiro, com 2,5%, ficou em penúltimo lugar, e o Distrito Federal, com 1%, em último. O menor crescimento da RCL do Estado do RS reflete o crescimento menor do seu PIB-RS, que foi de 1,8% entre 2002 e 2016, quando o nacional cresceu 2,4%. Quando se excluem os dois anos de maior

crise, 2015 e 2016, o crescimento foi de 2,7% para o PIB-RS e 3,5% para o PIB nacional. Em qualquer das hipóteses, o PIB-RS ficou próximo a  $\frac{3}{4}$  da taxa nacional.

O crescimento da RCL reflete a variação do maior tributo, o ICMS, cuja taxa no mesmo período foi 3,4%, ficando na 22ª posição nacional, cuja mediana foi 4,8%. A taxa de crescimento entre 2002 e 2013 foi de 4,7%, tendo caído para apenas 0,5% após a crise, entre 2012 e 2018 (Tabela E do Anexo).

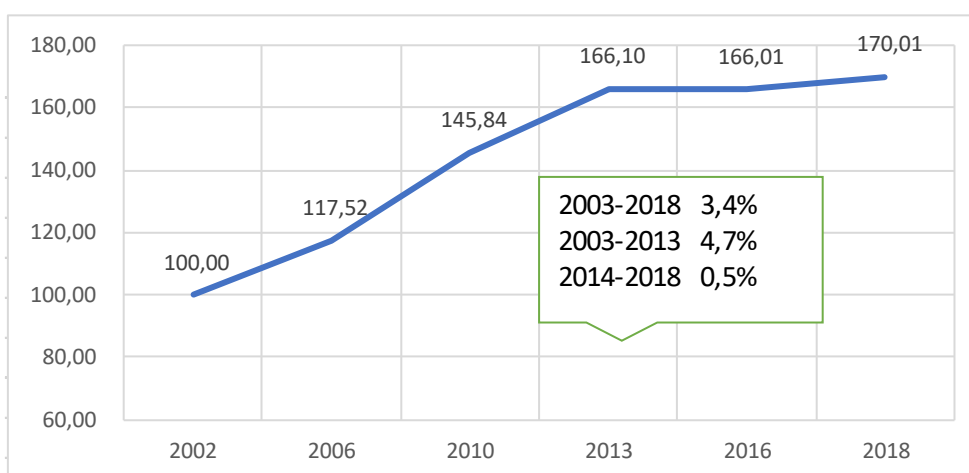
Gráfico 2.2. Taxa de crescimento real anual da RCL dos estados, 2002-2018, em ordem decrescente



### 2.1.1. Crescimento do ICMS

O ICMS, principal item da arrecadação, cresceu a uma taxa de 3,4% ao ano no período 2003-2018, sendo 4,7% entre 2003 e 2013, no período do “boom das commodities” e apenas 0,5% ao ano, no período 2014-2018, devido à recessão econômica, mesmo que em 2016 tenha havido um aumento de algumas alíquotas que implicaram no crescimento em torno de 10%. Inicialmente até 2018, a vigência foi prorrogada por mais dois anos, até 2020. A partir de 2021, se não houver nova prorrogação, mesmo aderindo ao Regime de Recuperação Fiscal, a situação financeira do Estado poderá ficar insustentável (gráfico 2.1.1).

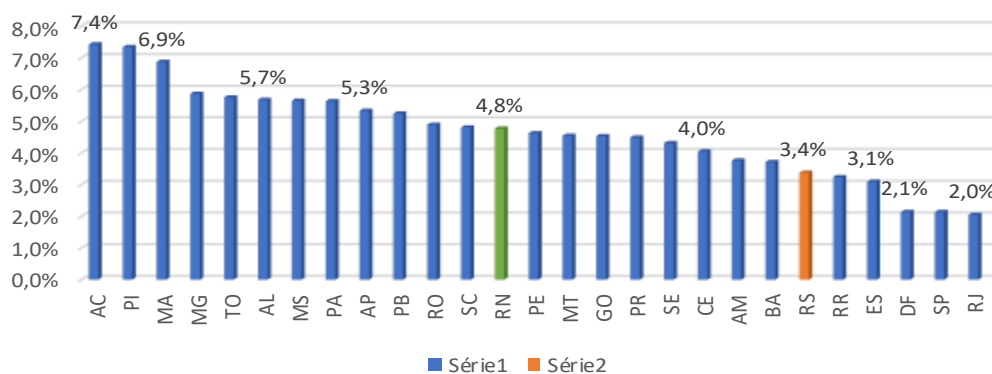
Gráfico 2.1.1 . RS. Crescimento real do ICMS no período 2003 - 2018



Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados.  
(Análise estados 2019 /RS - Indicadores financeiros/ICMS/G43).

Em comparação com os demais estados, o crescimento do ICMS no RS, em 3,4% ocupou a 22ª segunda colocação no País (gráfico 2.1.2 e tabela E do Anexo).

Gráfico 2.1.2. Taxa de crescimento real do ICMS por estado, 2003-2018



Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados.  
(Estados 2019/sudeste/RS- indicadores financeiros/ICMS/I80)

## 2.2. Indicadores financeiros em % da RCL

O Estado do R.do Sul vem de uma crise histórica, com déficits altos e recorrentes. Entre 1970 e 1998, os déficits primários alcançaram uma média de 15% ao ano. A dívida pública multiplicou-se por mais de 27 vezes em 28 anos, em termos reais. O serviço da dívida alcançou uma média de 36,4% ao ano entre 1983 e 1998, que, com a alta rolagem, foi reduzido para 12,4%, em média.

Em 1998 grande parte dessa dívida foi renegociada, baixando seu crescimento de 12,5% ao ano até 1998, para 0,72% após. Mas, deveria ter reduzido seu valor a partir de então, mas isso não ocorreu por diversas razões, sendo a principal o alto valor dos **resíduos**, decorrentes do valor a menor dos pagamentos em relação ao valor das prestações calculadas, que chegaram a uma média superior a 30% entre 1998 e 2013, quando deixaram de ser formados, e também da maior variação do indexador, o IGP-DI, de 38% acima da variação do IPCA, até 2018..

Em 2016 a dívida foi renegociada novamente, com dilatação de 20 anos no prazo de pagamento, redução dos juros de 6% para 4%, mudança do indexador de IGP-DI para IPCA, entre outras condições, tratadas no item próprio

Mas depois do acordo de 1998 o Estado estava se ajustando, o que fez até 2010, quando a situação se inverteu, voltando novamente os déficits, conforme vemos a seguir. O grande problema estadual é a despesa previdenciária e os reajustes salariais concedidos, de forma continuada de 2013 a 2018, em percentuais muito superiores ao do crescimento da receita, tratados adiante.

A tabela 2.1 apresenta os principais agregados de despesa como proporção da RCL, os quais estão analisados de modo particular nos gráficos e tabelas seguintes.

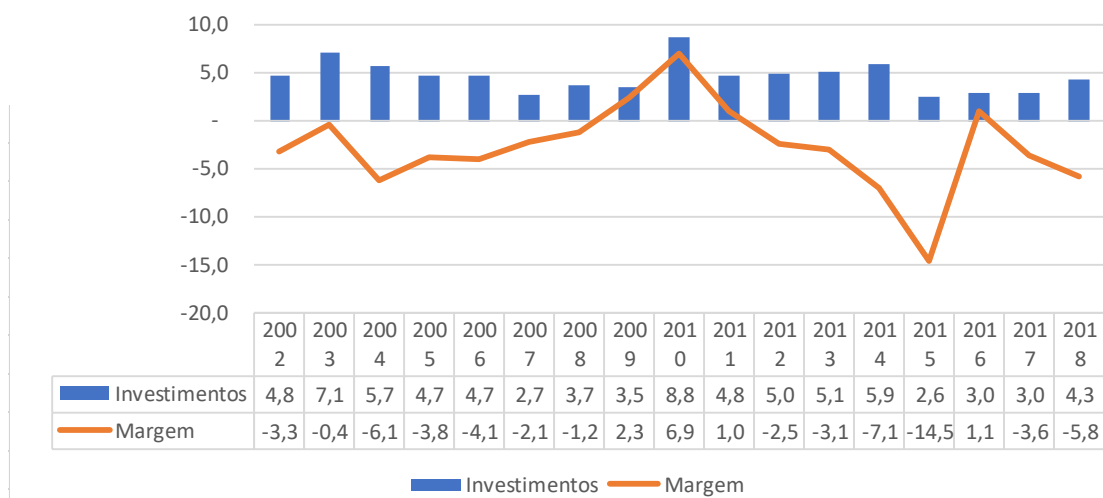
### a) Margem para investir e investimentos

A margem para investir, a poupança do governo, é a diferença entre a receita corrente líquida (RCL) e a despesa total, exceto os investimentos. Nos 17 anos

do período considerado, somente em três anos (2009-2011), ela foi positiva, mas em todos os anos ela foi inferior aos investimentos. Em 2007 o resultado orçamentário foi positivo, devido ao IPO do Banrisul, cuja receita que não integra a RCL. Em 2011, embora positiva, estava em grande queda, culminando com **14,5 negativos em 2015** (gráfico 2.3).

A grande queda de 2015 deveu-se a política do período governamental 2011-2014, quando foram concedidos reajustes salariais para vigorarem em todo o período governamental seguinte, de 2015 a 2018, em numa média de 16% a 18% da RCL, que variou, em média, 6,8% no período. Se retirarmos o ano de 2016, quando ocorreu o aumento do ICMS, a média anual baixa para 3,8%. Isso mostra a influência desses reajustes no aumento do déficit estadual, mesmo que eles tenham beneficiado uma das categorias que mais necessitava. A justiça nem sempre anda junto com a capacidade financeira.

Gráfico 2.3 - Margem para investir e investimentos, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do estado.

(R.G.Sul - indicadores financeiros/planilha 2/D79)

Para a margem positiva de 1,1% da RCL em 2016 influíam diversos fatores não permanentes, como o aumento de alíquotas do ICMS, que rendeu líquido em torno de R\$ 1,6 bilhão, a suspensão do pagamento da dívida no segundo semestre do ano, em decorrência da LC nº 151/2015, na ordem R\$ 2,3 bilhões,



a cessão do Banrisul do direito de manter as contas dos servidores, com o recebimento de R\$ 1,28 bilhões, entre outras ações menores.

A redução da margem negativa nos exercícios de 2017 e 2018 deveu-se a diversos ajustes. O não pagamento da dívida por medida liminar a partir de julho de 2017 não influenciou nessa redução, porque a despesa foi empenhada e esse é o critério adotado para a despesa realizada.

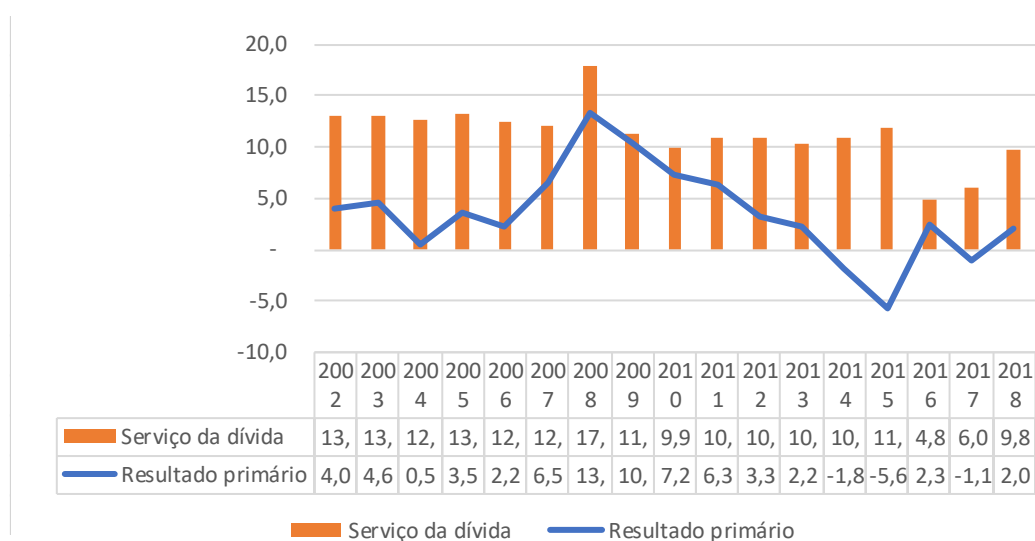
## b) Serviço da dívida e resultado primário

O resultado primário é destinado ao pagamento do serviço da dívida e atingiu uma média em 17 anos de 3,5% da RCL, para 11,2% do serviço da dívida, da qual cobriu 31% (tabela 2.1).

O resultado primário foi declinante desde 2008, tendo sido negativo em três anos no último quinquênio. Nesse período o serviço da dívida foi reduzido, devido ao acordo de 2016, mas o valor dessa redução foi acrescido ao saldo devedor da dívida, porque não se trata de fundo perdido (gráfico 2.4).

O aumento das alíquotas do ICMS em 2016 e nos anos seguintes, devido a mudança de patamar da receita, explica a melhora do resultado primário, assim como a cessão das contas dos servidores ao Banrisul no ano citado.

Gráfico 2.4. Serviço da dívida e resultado primário, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 - STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado. (R.G.do Sul - indicadores financeiros/planalha 2/D108)

### **b.1. Acordo da dívida de 2016**

A **queda do valor do serviço da dívida** referida, no último triênio, decorreu do novo acordo da dívida dos estados com o Governo Federal, com base nas leis complementares n°s 148/2014 e 151/2015, que prorrogou o prazo por mais 20 anos, trocou de indexador, de IGP-DI para IPCA, reduziu os juros de 6% para 4%. Além disso, concedeu 100% de desconto nas prestações por seis meses no segundo semestre de 2016, desconto esse que passou a ser crescente, na razão de 1/18 em cada mês (5,56%), a partir de janeiro de 2017, até junho de 2018.

Em junho de 2017 o valor da prestação ficou acima das possibilidades do Estado, diante da crise financeira que atravessa, tendo no mês seguinte ingressado com medida liminar junto ao STF, para suspender as prestações, no que foi atendido. Os efeitos dessa liminar deverão ser manter até a adesão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cujas medidas exigidas para tal estão sendo providenciadas desde o governo o anterior.

Com isso, em 2016, foi pago 50% do valor anual das prestações e em 2017, 1/3. Então, se os não pagamentos se estenderem até o final de 2019, terão deixados sem ser pagos 3,17 anos de dívida, que se somarão ao saldo devedor.

<b>Tabela 2.1. Indicadores financeiros, 2002-2018, em % da RCL(*)</b>																		
<b>INDICADORES</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Média</b>
Previdência	31,9	31,2	32,0	30,9	31,5	32,3	29,5	31,1	29,9	31,6	33,3	33,1	35,2	38,0	36,5	38,7	38,8	<b>33,3</b>
Contrib.servidores													4,4	4,5	4,5	6,0	4,8	<b>4,8</b>
Investimentos	4,8	7,1	5,7	4,7	4,7	2,7	3,7	3,5	8,8	4,8	5,0	5,1	5,9	2,6	3,0	3,0	4,3	<b>4,7</b>
Margem p/ investir**	-3,3	-0,4	-6,1	-3,8	-4,1	-2,1	-1,2	2,3	6,9	1,0	-2,5	-3,1	-7,1	-14,5	1,1	-3,6	-5,8	<b>-2,7</b>
ODC	19,1	18,9	25,0	24,9	24,0	22,6	21,5	22,8	22,2	23,6	23,8	25,7	24,6	25,3	24,3	24,9	24,2	<b>23,4</b>
Pessoal + ODC	90,2	87,4	93,4	90,6	91,5	90,0	83,2	86,4	83,2	88,1	91,6	92,8	96,3	102,6	94,1	97,6	96,0	<b>91,5</b>
Pessoal e enc.sociais	71,2	68,5	68,3	65,8	67,5	67,4	61,7	63,6	61,0	64,5	67,8	67,1	71,6	77,3	69,8	72,7	71,8	<b>68,1</b>
Receitas de capital	4,0	3,9	3,8	1,4	2,4	9,0	7,4	1,3	1,2	1,6	4,5	3,2	8,7	1,4	1,5	2,1	3,3	<b>3,6</b>
Res.orçamentário	-4,1	-3,5	-8,0	-7,1	-6,4	4,1	2,5	0,1	-0,7	-2,1	-3,0	-4,9	-4,2	-15,7	-0,4	-4,5	-6,8	<b>-3,8</b>
Resultado primário	4,0	4,6	0,5	3,5	2,2	6,5	13,3	10,4	7,2	6,3	3,3	2,2	-1,8	-5,6	2,3	-1,1	2,0	<b>3,5</b>
Serviço da dívida	13,0	13,0	12,7	13,2	12,5	12,1	17,9	11,3	9,9	10,9	10,9	10,3	10,8	11,9	4,8	6,0	9,8	<b>11,2</b>
DCL/RCL-LRF	266%	251%	279%	280%	283%	258%	253%	254%	234%	220%	214%	209%	209%	227%	213%	219%	223%	
Fonte: Até 2009 - STN Exec.orçamentária dos estados . A contar de 2011 - Levantamento juntos aos RREOs e RGF do Estado.																		
Nota: Entre os estados há critérios diferentes de classificação entre o que seja despesa com pessoal e ODC.																		
(*) RCL gerencial = Rceitas corrente deduzida das perdas do Fundeb -transferências constitucionais e legais aos municípios.																		
(**) RCL menos despesa de pessoal, ODC e serviço da dívida. (R.G.Sul - Indicadores financeiros/planiha2/C29).																		

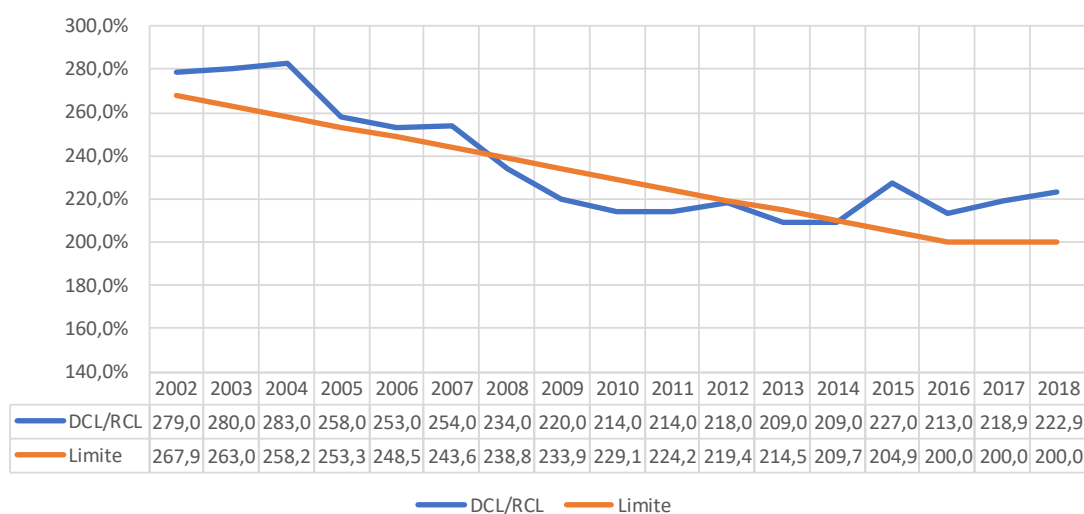
### **c) Grau de endividamento do Estado**

O gráfico 2.5 mostra o endividamento do Estado, medido pela relação DCL/RCL, que estava em 272,74% em 2001 e, pela lei de responsabilidade fiscal, devia ser reduzido em 15 anos, na razão de 4,85% da RCL ao ano. Para isso, foi estabelecida uma trajetória. Entre 2008 e 2011 o comprometimento ficou abaixo do limite, que voltou a subir depois, com as novas operações de crédito e pela redução do ritmo de crescimento da receita.. Com isso, passamos a ocupar em 2018 o segundo lugar nacional em endividamento, ficando abaixo somente do Estado do Rio de Janeiro.

As causas do crescimento do endividamento ao longo do tempo foram os altos e sucessivos déficits primários, citados na introdução, os juros altos e o afrouxamento dos controles por parte do governo federal. Outra causa foi o menor crescimento a receita do Estado do RS em relação aos demais estados. O crescimento nos últimos anos decorreu também do aumento das operações de crédito, conforme referido (gráfico 2.5).

O Estado do Rio Grande do Sul, além de não possuir margem para investir, não possui também margem de endividamento, porque está se sintua acima do limite de 200% da RCL.

Gráfico 2.5. Dívida consolidada líquida (DCL) em % da RCL



[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento) até 2015. Após: Relatório de Gestão Fiscal do Estado.

(R.G.Sul - indicadores financeiros/planiha 2/D136)

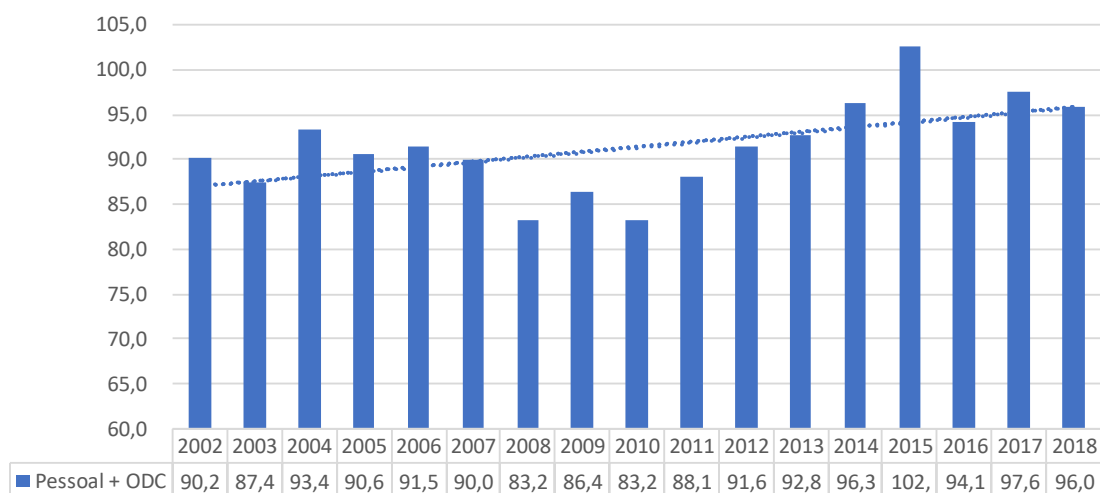
#### d) Despesa com pessoal mais ODC

Conforme citado na Introdução, as duplas contagens e a troca de grupo de registro da despesa, em alguns estados, tornaram difícil a análise da despesa com pessoal de forma isolada (não agregada às ODC). No Estado do R.G.do Sul há uma separação mais ou menos adequada, mas a análise em conjunto é importante para saber o quanto “resta” para aplicar em investimentos e para pagar o serviço da dívida, após a despesa corrente não financeira. E como se vê no gráfico 2.6, entre 2012 e 2018 restou menos de 4%, em média. Por isso, o enorme desequilíbrio das contas estaduais.

Outro aspecto a destacar é que a despesa com pessoal e encargos sociais não é analítica o suficiente para quantificar o gasto com pessoal ativo, inativo e pensionistas. Esses últimos constam como despesa com previdência em demonstrativo próprio nos RREOs. No entanto, a diferença entre a despesa total com pessoal e a despesa com previdência não pode ser considerada pessoal ativo, porque essa diferença contém outros itens que podem ter origem tanto nos servidores ativos, como nos inativos e pensionistas, como despesas de exercícios anteriores, sentença judiciais, etc.

A despesa com pessoal mais outras despesas correntes (ODC), que se trata da despesa **corrente não financeira**, em percentual da RCL no período em causa está na o gráfico 2.6, seguinte.

Gráfico 2.6. Despesa com pessoal mais Outras despesas correntes (ODC)



Fonte: Até 2010 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.

(R.G.Sul - indicadores financeiros/planilha 2/E-165)

O dispêndio com pessoal mais ODC é alto e crescente, passando de 90,2% da RCL em 2002 para 96% em 2018, havendo exercícios em que ela chegou bem perto de 100% e até ultrapassou essa marca. O gráfico 2.6 apresenta os gastos e a linha de tendência que é crescente no período.

Analisando isoladamente, os grupos de despesa, vemos que em todo o período considerado, 2003-2018, tanto o crescimento de pessoal, como ODC foram maiores do que o da RCL. **O grande desequilíbrio ocorreu no período 2011-2014** que, para uma taxa anual de crescimento de apenas 2,1% na RCL, a taxa de despesa com pessoal cresceu 6,3% (três vezes mais) e a da ODC, 4,7%, mais que o dobro (tabela 2,2). Nesse período houve grandes aumentos de salários, cujos efeitos se estenderam, em grande parte, para todo o período governamental seguinte (2015-2018), conforme já referido. Em 2019 ainda há o reflexo desses reajustes, como crescimento da despesa com pessoal de 9% no primeiro semestre do ano.

A RCL dever ser o limite acima do qual a despesa não deve passar, sob pena de gerar desequilíbrios orçamentários. E isso não é observado pela maioria

dos governos, especialmente os de orientação de esquerda, que costumam ignorar a **restrição orçamentária do governo**.

Tabela 2.2. Taxas médias de crescimento real da despesa com pessoal, ODC e RCL, por períodos selecionados				
Valores em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA)				
Períodos	Pessoal e encargos	ODC	Pessoal+ODC	RCL
2002	17.629,9	4.721,5	22.351,5	24.770,9
2010	21.609,6	7.884,8	29.494,4	35.452,2
2014	27.569,8	9.477,5	37.047,4	38.484,3
2018	29.041,7	9.796,3	38.838,0	40.468,2
2003-2018	3,2%	4,7%	3,5%	3,1%
2011-2014	6,3%	4,7%	5,9%	2,1%
2015-2018	1,3%	0,8%	1,2%	1,3%

Fonte: Até 2010 -STN - Execução orçamentária dos estados.  
Após: RREOs do Estado.  
(R.G.do Sul - indicadores financeiros/planilha 2/X-167)

#### d.1.) Despesa com previdência

A despesa com previdência (bruta), que correspondendo uma média de 33,3% da RCL no período, contribui muito para o alto gasto com pessoal. O que preocupa não é a média do período, mas o grande crescimento, ao passar de 29,5% da RCL em 2008 para 38,1% em 2018, num comportamento sempre crescente, um crescimento real de 29% em dez anos (2,6% ao ano).

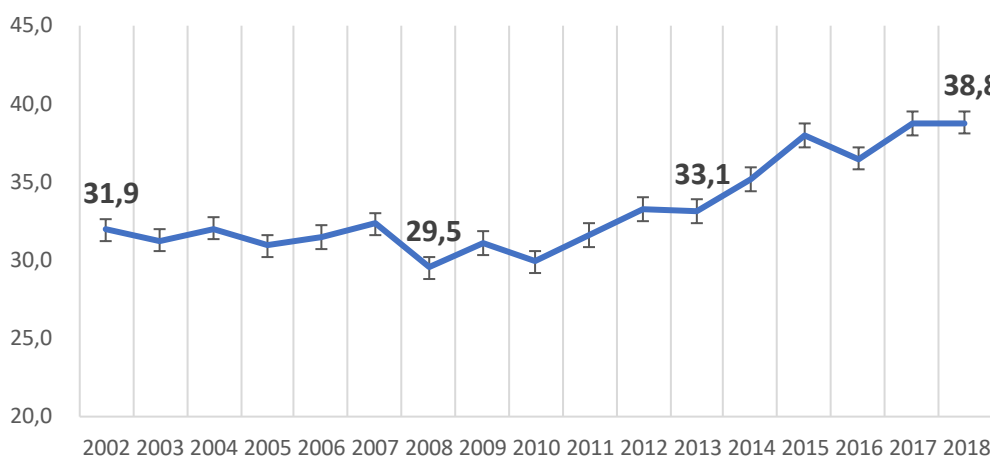
O gráfico 2.7.1 mostra a evolução da despesa previdenciária comparada com a da RCL, em quatro períodos distintos. Entre 2003 e 2018 a despesa previdenciária cresceu a uma taxa anual de 4,4%, enquanto a RCL variou anualmente 3,1. Entre 2003 e 2010, a despesa previdenciária cresceu abaixo da RCL (3,7% para 4,6%), período de grande crescimento da receita, devido ao “boom das commodities”.

Já no período 2011-2014 foi quando ocorreu o maior desequilíbrio, crescendo da despesa previdenciária 6,3% ao ano., enquanto a RCL cresceu 2,1% anuais no último quadriênio 2015-2018 o crescimento anual foi, respectivamente, de 3,8% e 1,3%.

Os reajustes concedidos no período 2011-2014 alcançaram mais intensamente a Segurança Pública e a Educação, onde os gastos previdenciários são maiores devido à precocidade das aposentadorias nos quadros de pessoal pertinentes.

No entanto, os Salário da Segurança continuaram crescendo em todo o período governamental seguinte, enquanto os da Educação ficaram congelados desde novembro/2014, por absoluta falta de recursos. Com isso, a despesa com pessoal na Segurança que, em dezembro de 2014, era 71% da despesa de pessoal com Educação, passou a 130% em dezembro de 2018, com 1/3 do efetivo na primeira, segundo boletins de pessoal da Secretaria da Fazenda.

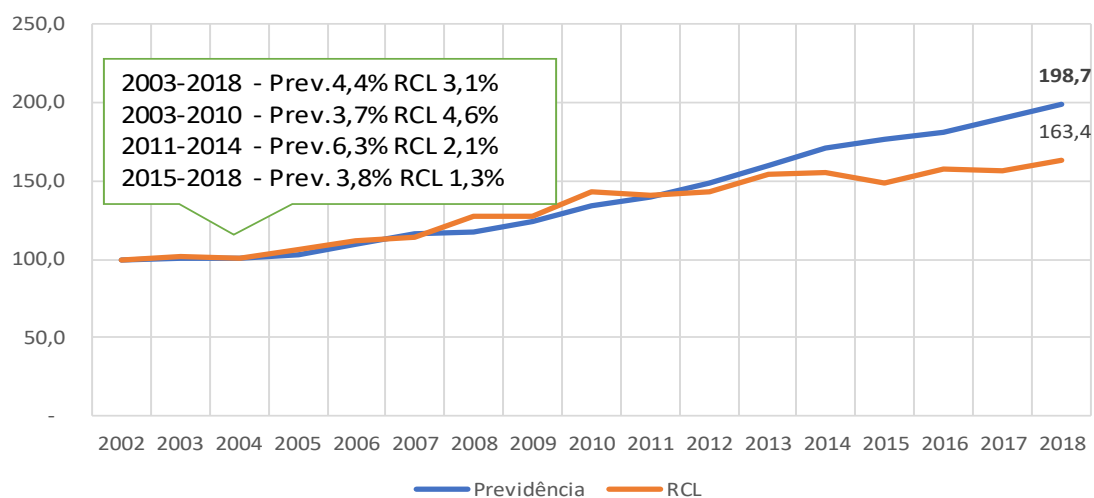
**Gráfico 2.7. Despesa com previdência em % da RCL, 2002-2018**



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.  
(R.G.Sul- indicadores financeiros/planiha 2/H194)



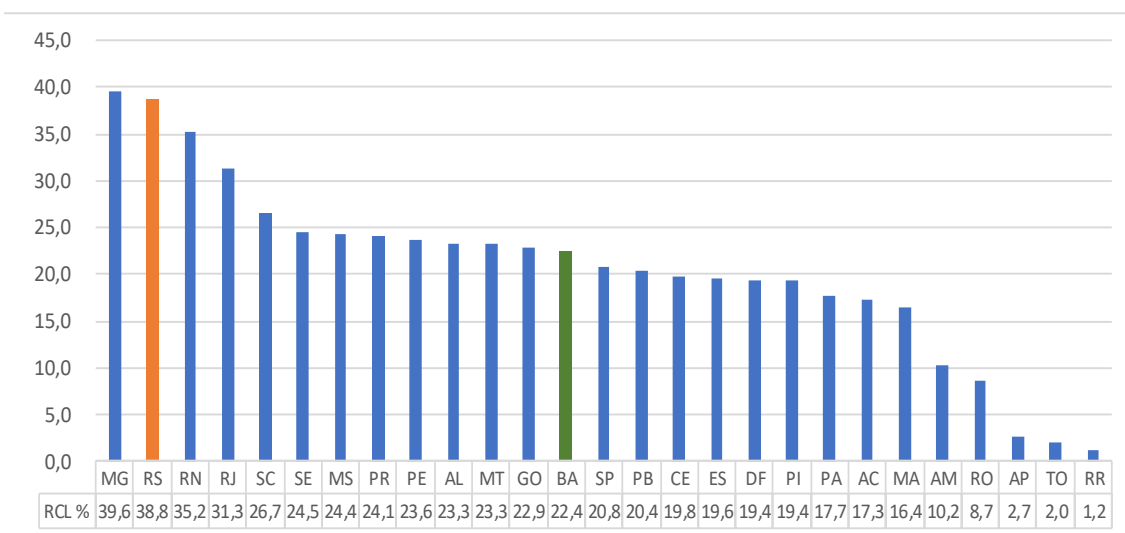
Gráfico 2.7.1. Crescimento real da despesa do previdência, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.  
(R.G.Sul - indicadores financeiros/planiha 2/H235)

A tabela 2.7.2. mostra a posição dos estados na despesa com previdência em % da RCL, em que o Estado do RS ocupa o 2ª lugar, como 38,8% em despesa bruta. O maior gasto é em Minas Gerais, com 39,6% e a mediana pertence ao Estado da Bahia, com 22,5%

2.7.2. Despesa com previdência em % da RCL no País, em 2018



Fonte: Tabela A do Anexo de Tabelas.  
(R.G.Sul - Indicadores financeiros/planiha3/AD-16).

#### d) Resultado orçamentário e receitas de capital

A tabela 2.3 e o gráfico 2.8 mostram que nos 17 anos decorridos no período 2002-2018, somente em três anos não houve déficit orçamentário (2007, 2008 e 2009). O resultado positivo do ano de 2007 decorreu da venda de ações do Banrisul. Então, considerando os recursos correntes, só houve superávit em dois anos, 2008 e 2009 e déficit reduzido, de apenas 0,7% da RCL, em 2010. Quando se retiram as receitas de capital, só houve superávit no exercício de 2008.

Os déficits formados no período alcançaram R\$ 21,5 bilhões, ou 4% da RCL, aumentando para 39 bilhões, ou 7,4% da RCL, quando excluídas as receitas de capital.

<b>Tabela 2.3. Resultado orçamentário e receitas de capital, 2002-2018</b>					
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio anual).					
ANO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		RECEITAS	RES.ORÇAMENTÁRIO SEM REC.CAPITAL	
	VALOR	RCL - %	DE CAPITAL *	VALOR	RCL - %
	1	2	3	4 = 1+3	5
2002	-1.007,4	-4,1%	985,6	-1.993,0	-8,0%
2003	-883,8	-3,5%	998,0	-1.881,8	-7,4%
2004	-1.994,0	-8,0%	947,9	-2.941,9	-11,8%
2005	-1.877,0	-7,1%	378,8	-2.255,8	-8,6%
2006	-1.751,8	-6,4%	660,5	-2.412,2	-8,7%
2007	1.170,8	4,1%	2.550,0	-1.379,2	-4,9%
2008	787,0	2,5%	208,6	578,4	1,8%
2009	17,6	0,1%	404,5	-386,9	-1,2%
2010	-252,6	-0,7%	415,3	-667,9	-1,9%
2011	-737,9	-2,1%	567,8	-1.305,7	-3,7%
2012	-1.051,3	-3,0%	1.578,3	-2.629,6	-7,4%
2013	-1.884,5	-4,9%	1.220,4	-3.104,8	-8,2%
2014	-1.610,4	-4,2%	3.365,1	-4.975,5	-12,9%
2015	-5.763,4	-15,7%	511,9	-6.275,4	-17,1%
2016	-153,5	-0,4%	602,1	-755,6	-1,9%
2017	-1.729,9	-4,5%	821,6	-2.551,5	-6,6%
2018	-2.737,7	-6,8%	1.353,9	-4.091,6	-10,1%
<b>TOTAIS</b>	<b>-21.458,7</b>	<b>-4,0%</b>	<b>17.573,2</b>	<b>-39.029,9</b>	<b>-7,4%</b>

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs do Estado.  
 (\*) Basicamente operações de crédito. (R.G.Sul - Indicadores financeiros/planiha 4/D-27).

No período em causa o total de investimentos realizados alcançou R\$ 25,7 bilhões ou 4,7% da RCL, em média. O ano de maior investimento foi em 2010, na ordem de R\$ 3,1 bilhões, ou 8,8% da RCL. Isso foi possível com a utilização

de parte dos recursos do IPO Banrisul ocorrido em 2007, que havia ficado como reserva para constituição de fundo de previdência, mas que, por lei, teve sua designação alterada para aplicação em estradas.

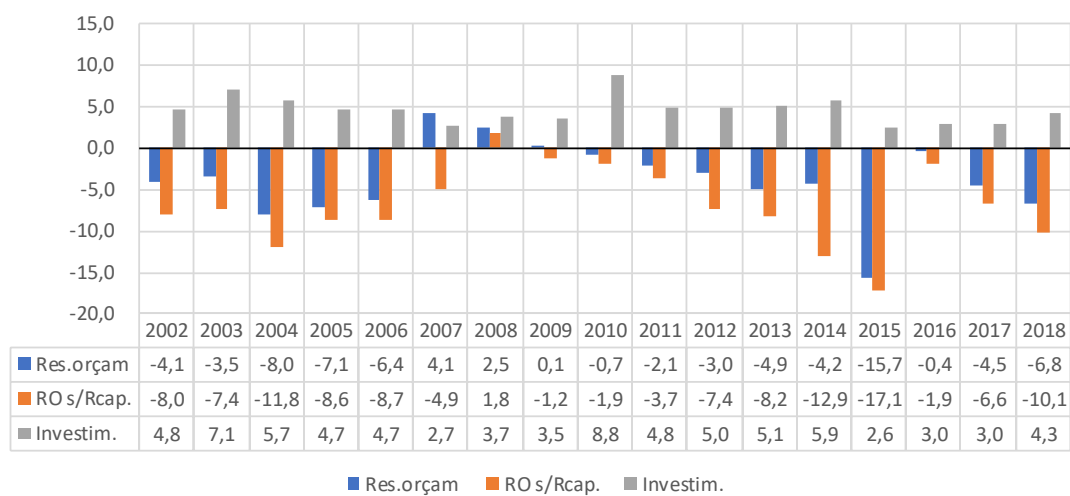
O gráfico 2.8 mostra o resultado orçamentário, com e sem receitas de capital, e os investimentos no período em causa.

Na tabela 2.4., observamos que o total de investimentos na ordem de R\$ 25,7 bilhões, foi bem superior ao montante da receitas de capital, de R\$ 17,6 bilhões (tabela 2.3), o que levaria o leitor menos avisado a concluir que a situação financeira do Estado do RS não é tão grave como se apregoa. Ocorre que, no mesmo período, foram sacados do **caixa único e dos depósitos judiciais R\$ 24 bilhões** em valores atualizados de 2018, ou **4,3% da RCL**, que foram lançados como receita extraorçamentária (tabela 2.5).

Tabela 2.4. Investimentos realizados			
Em R\$ milhões constantes pelo IPCA			
ANO	INVESTIMENTOS	RCL	Inv./RCL- %
2002	1.180,7	24.770,9	4,8%
2003	1.784,7	25.307,0	7,1%
2004	1.427,1	24.842,8	5,7%
2005	1.248,4	26.354,7	4,7%
2006	1.293,7	27.569,9	4,7%
2007	752,6	28.306,0	2,7%
2008	1.174,8	31.526,6	3,7%
2009	1.122,0	31.624,8	3,5%
2010	3.125,6	35.452,2	8,8%
2011	1.671,5	34.898,8	4,8%
2012	1.756,2	35.373,7	5,0%
2013	1.932,4	38.091,5	5,1%
2014	2.256,4	38.484,3	5,9%
2015	943,3	36.730,7	2,6%
2016	1.176,5	39.113,4	3,0%
2017	1.146,9	38.676,3	3,0%
2018	1.751,3	40.468,2	4,3%
<b>Total</b>	<b>25.744,1</b>	<b>557.591,5</b>	<b>4,7%</b>
Saques do caixa único		24.021,9	4,3%
Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010.			
Após: RREOs do Estado.			
(R.G.Sul - Indicadores financeiros/planilha 4/N-2).			

## 2.8. Resultado orçamentário com sem as receitas de capital e investimentos, 2002-2018

Em % da RCL



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.

(R.G.Sul - Indicativos financeiros/planilha4/P33).

<b>Tabela 2.5. Saques (retiradas) do caixa único, 1999 - 2018</b>							
Em R\$ 1.000,00 correntes e constantes de 2018 pelo IPCA.							
Anos	Governos	Valores correntes		Valores constantes			
		Saques acumulados	Saques		Saques		%
			Anuais	Governo	Anuais	Governo	
1998		Zero					
1999		767.307	767.307			2.523.160	
2000	<b>Olívio</b>	1.040.328	273.021			838.703	
2001		1.351.828	311.500			895.644	
2002		1.728.728	376.900	<b>1.728.728</b>		999.248	<b>18,6%</b>
2003		1.663.319	(65.409)			- 151.169	
2004	<b>Rigoto</b>	2.335.000	671.681			1.456.278	
2005		2.729.600	394.600			800.543	
2006		3.242.116	512.516	<b>1.513.388</b>		998.011	<b>11,0%</b>
2007		4.736.916	1.494.800			2.808.527	
2008	<b>Yeda</b>	4.636.916	(100.000)			- 177.790	
2009		4.636.916	-			-	
2010		4.636.916	-	<b>1.394.800</b>		-	<b>9,3%</b>
2011		4.819.916	183.000			276.935	
2012	<b>Tarso</b>	6.386.916	1.567.000			2.249.783	
2013		8.677.916	2.291.000			3.097.100	
2014		11.790.137	3.112.221	<b>7.153.221</b>		3.956.842	<b>33,9%</b>
2015		14.053.094	2.262.957			2.638.815	
2016	<b>Sartori</b>	15.377.489	1.324.395			1.420.248	
2017		17.545.488	2.167.999			2.247.453	
2018		18.946.584	1.401.096	<b>7.156.447</b>		1.401.096	<b>27,3%</b>
<b>Total 1999-2018</b>				<b>18.946.584</b>		<b>28.279.427</b>	<b>100,0%</b>
<b>Totais 2002-2018</b>			<b>17.594.756</b>			<b>24.021.920</b>	

Fonte: Dados brutos balanços do Estado e site da Secretaria da Fazenda.  
(A.mestres/SIAC - Resgates por governo/E6).

### 3. Estado do R.G.do Sul no “ranking” nacional em 2018

A tabela 3.1 traz a posição do Estado do Rio Grande do Sul no “rank” nacional em alguns indicadores financeiros selecionados. Esses indicadores foram classificados em **diretos e indiretos**.

São **indicadores diretos** aqueles cujo maior percentual em relação à RCL indica uma **situação melhor**. É o caso dos resultados orçamentário e do primário e da margem para investir.

São **indicadores indiretos** aqueles cujo maior participação na RCL indica uma **situação pior**. É o caso das despesas.

A tabela 3.1 sintetiza a tabela A do anexo de tabelas, onde vemos que dos **dez indicadores**, o Estado do R.G. do Sul possui todos em pior situação do que a média nacional.

Tabela 3.1. Estado do R.G.do Sul no "ranking" nacional, em 2018

INDICADORES	RCL - %	Posição Ranking	Média Estados
<b>INDICADORES DIRETOS</b>			
Investimentos	4,3	24	8,1
Resultado orçamentário	-6,8	25	-1,3
Resultado primário	2,0	17	2,9
Margem para investir	-5,8	25	3,0
Cresc.real da RCL	3,1	23	4,0
<b>INDICADORES INDIRETOS</b>			
DCL/RCL *	218,9%	2	71,2%
Pessoal e enc.sociais	71,8	3	62,4
Pessoal + ODC	96,0	6	91,1
Previdência	38,8	2	20,6
Serviço da dívida	9,8	3	5,9

Fonte: Tabela A do Anexo \* RCL da LRF, no caso.  
(R.G.Sul - Indicadores financeiros/planilha3/X-41).

## Conclusão

O Estado do Rio Grande do Sul apresentou no período 2003-2018 a 23ª posição no crescimento da RCL no País, ou seja, 3,1% em termos reais, sendo 3,7% no período 2003-2014 e apenas 1,3% no período 2015-2018, refletindo o menor crescimento de seu PIB. A média e a mediana dos estados foram 4% no período 2003-2018.

Nos 17 anos do período 2002-2018, a margem para investir só foi positiva em três anos (2009 a 2011). Ela vinha aumentando até 2010, quando alcançou 6,9% da RCL, partindo de **-3,3%** em 2002. A partir de 2011 começou a declinar acentuadamente, culminando com **-14,5%** em 2015. Para isso, houve duas causas básicas: a queda da receita e os reajustes excessivos concedidos entre 2012 e 2014, alguns casos em parcelas semestrais que se estenderam até novembro de 2018, com índices que chegaram a muitas vezes o do crescimento

da RCL, em alguns casos. E o pior é que os maiores reajustes foram para as categorias com mais peso na folha de inativos.

Muitos desses reajustes foram justos, porque beneficiaram categorias que mereciam e necessitavam ganhar melhor. O problema está na dimensão e prolongamento desses reajustes por todo o período governamental seguinte e incompatíveis com a capacidade financeira do Estado.

Os investimentos alcançaram apenas 4,7% da RCL, sendo a margem para investir 2,7%. As receitas de capital (média 3,2% da RCL) seriam mais do que suficientes para financiar esse nível de investimentos, e foram utilizados, ainda, mais **R\$ 24 bilhões ou 4,3% da RCL em saques ao caixa único**, que foram canalizados para financiar as despesas correntes.

O resultado primário, que vinha em ascensão até 2008, passou a declinar no ano seguinte, atingindo um mínimo em 2015, continuando baixo daí em diante. As causas dessa queda são basicamente as mesmas da margem para investir. Em compensação, o serviço da dívida declinou no último triênio, fruto do acordo da dívida de 2016. A cessação posterior decorrente de medida liminar, não teve efeito na redução do serviço da dívida lançada no balanço, porque a despesa continuou sendo empenhada.

A despesa corrente não financeira, que passou a crescer em 2011, aproximou-se e até ultrapassou a 100% da RCL a partir de 2014, restando muito pouco para o pagamento da dívida e realizar investimentos. Daí a causa do crescimento dos déficits.

Outro fator a destacar foi o crescimento real anual da **despesa previdenciária**, muito acima da RCL. Em todo o período ela cresceu 4,4% ao ano para 3,1% da RCL, embora até 2010 ela tenha crescido menos do que a RCL, devido ao “boom das commodities”. No período 2011-2014, as taxas anuais de crescimento da despesa previdenciária foram o triplo do crescimento da RCL (6,3% para 2,1%) e também entre 2015 e 2018 (3,8% para 1,3%).

O grau de endividamento é o segundo do País, com 222% da RCL em 2018, ou seja, 22% acima do limite legal, de modo que, pela LRF, o Estado do RS não pode contrair nenhum centavo de dívida.

Desde 2002, em 17 anos, somente em três anos houve superávit de execução orçamentária (2007 a 2009) e déficit reduzido em 2010. Mas considerando somente recursos correntes, os resultados positivos foram somente em 2008 e 2009.

Em dez indicadores financeiros selecionados, em 2018 o Estado do RS ficou abaixo da média nacional em todos eles.

O Estado do RS está por aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), sem o que não tem como se manter, porque caindo a liminar da dívida, os atrasos de salários do Poder Executivo podem se estender por dois ou três meses. No entanto, na ausência de grande ajuste fiscal e de crescimento econômico, a situação financeira no final de quatro ou cinco anos ficará igual ou pior da que é hoje.. A reforma da previdência, dependendo de como ela for feita, amenizará a situação, mas como as medidas não poderão ser aplicadas imediatamente, sua melhora será lenta e gradual.

Um fato que pode aprofundar a crise estadual é o vencimento da prorrogação das alíquotas do ICMS em 31/12//2020, que pode implicar uma perda de receita líquida de R\$ 2,5 bilhões, cerca de 9%. O RS poderá vir a ser a Grécia do Brasil

Porto Alegre, 6 de agosto de 2019.

## **Referências Bibliográficas**

STN – Execução Orçamentária dos Estados, 2002-2009.

Estado do Rio Grande do Sul – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal, 2010 -2018. Dados retirados do “site” próprio.

SANTOS – Darcy Francisco Carvalho dos. Estados brasileiros em 15 anos da Lei de Responsabilidade. Fiscal. Disponível em:

<http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>.

SANTOS. Darcy Francisco Carvalho dos Santos. O Rio grande tem saída? Editora Age, 2014. Porto Alegre-RS.



## **ANEXO DE TABELAS**

## ANEXO DE TABELAS

Tabela A. Indicadores financeiros dos estados em 2018, em proporção da Recetia corrente Líquida - RCL (\*)

INDICADORES INDIRETOS												INDICADORES DIRETOS									
Or-dem	UF	ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR - Situação pior.										ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR: situação melhor						Receitas			
		DCL/RCL**	Pos.	Pessoal e Enc.sociais	Pos.	Pessoal+ ODC ***	Pos.	Previdência (bruta)	Pos.	S.divida	Pos.	Investi-mentos	Pos.	Resultado orçam.	Pos.	Resultado primário	Pos.	Margem p/ investir	Pos.	capital	Pos.
1	AC	73,0%	9	67,2	5	90,7	16	17,3	21	8,0	5	8,6	13	-0,9	14	1,4	18	1,3	18	6,38	3
2	AL	103,0%	5	61,7	15	86,1	22	23,3	10	7,7	6	11,8	4	-3,8	21	7,6	5	6,1	7	1,84	22
3	AM	41,0%	17	50,6	27	87,1	21	10,2	23	5,7	14	9,5	10	2,8	6	4,0	10	7,1	6	5,10	7
4	AP	14,0%	25	55,7	23	77,0	27	2,7	25	5,0	17	4,0	25	13,9	1	-3,6	26	17,9	1	-	27
5	BA	56,0%	12	60,5	17	92,6	10	22,4	13	4,7	18	9,2	12	-2,6	18	0,0	23	2,7	14	3,95	11
6	CE	44,0%	15	55,5	24	88,5	20	19,8	16	6,9	8	15,4	1	-3,4	20	2,5	14	4,6	10	7,43	2
7	DF	30,0%	21	59,2	20	96,6	5	19,4	18	2,6	26	5,4	20	-0,3	13	-1,7	25	0,9	19	4,21	10
8	ES	26,0%	24	51,8	26	82,1	25	19,6	17	4,4	19	10,9	6	3,5	4	6,1	6	13,5	3	0,89	26
9	GO	94,0%	6	62,4	12	91,7	13	22,9	12	8,7	4	7,4	14	-6,0	23	4,6	9	-0,4	23	1,75	23
10	MA	42,0%	16	65,6	8	100,7	2	16,4	22	6,8	9	10,3	7	-11,8	26	1,4	19	-7,5	26	5,98	4
11	MG	203,0%	3	82,2	1	104,2	1	39,6	1	12,7	1	3,2	26	-19,2	27	2,4	15	-16,9	27	0,98	25
12	MS	78,0%	8	66,9	6	91,7	14	24,4	7	5,3	16	11,5	5	1,0	8	4,8	8	3,0	13	9,48	1
13	MT	41,0%	18	73,3	2	94,4	8	23,3	11	5,8	13	6,1	18	-2,5	17	7,9	4	-0,1	21	3,72	14
14	PA	9,0%	26	61,9	14	91,6	15	17,7	20	2,7	25	13,1	2	-3,0	19	-7,9	27	5,8	9	4,37	8
15	PB	30,0%	22	56,7	22	90,6	17	20,4	15	3,5	21	7,0	15	2,0	7	2,4	16	5,8	8	3,15	17
16	PE	58,0%	11	61,4	16	91,9	12	23,6	9	6,2	12	6,0	19	0,1	12	3,5	11	1,8	16	4,27	9
17	PI	45,0%	14	59,5	19	93,2	9	19,4	19	4,4	20	9,5	9	-1,2	15	-1,5	24	2,5	15	5,85	5
18	PR	29,3%	23	64,4	9	89,2	19	24,1	8	3,3	23	9,3	11	0,4	11	0,05	22	7,5	5	2,23	20
19	RJ	232,0%	1	65,9	7	97,4	3	31,3	4	1,0	27	2,6	27	4,4	3	3,3	12	1,7	17	5,33	6
20	RN	8,0%	27	62,7	11	81,9	26	35,2	3	2,9	24	13,0	3	6,0	2	5,0	7	15,2	2	3,79	12
21	RO	50,0%	13	57,2	21	85,9	23	8,7	24	3,5	22	10,2	8	3,0	5	2,8	13	10,6	4	2,59	18
22	RR	35,0%	19	59,6	18	89,8	18	1,2	27	6,6	10	5,2	22	0,6	9	11,0	1	3,7	12	2,10	21
23	RS	218,9%	2	71,8	3	96,0	6	38,8	2	9,8	3	4,3	24	-6,8	25	2,0	17	-5,8	25	3,35	16
24	SC	93,0%	7	62,4	13	92,2	11	26,7	5	7,6	7	6,5	17	-5,0	22	1,2	20	0,2	20	1,21	24
25	SE	60,0%	10	63,2	10	94,5	7	24,5	6	5,6	15	5,2	21	-1,6	16	0,9	21	-0,2	22	3,79	13
26	SP	175,0%	4	53,9	25	85,3	24	20,8	14	10,6	2	7,0	16	0,6	10	8,5	2	4,1	11	3,50	15
27	TO	33,0%	20	71,4	4	97,1	4	2,0	26	6,4	11	5,2	23	-6,2	24	8,4	3	-3,5	24	2,38	19
<b>Média</b>		<b>71,2%</b>		<b>62,4</b>		<b>91,1</b>		<b>20,6</b>		<b>5,9</b>		<b>8,1</b>		<b>-1,3</b>		<b>2,9</b>		<b>3,0</b>		<b>3,7</b>	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

\*\* 2017.

(\*) RCL: gerencial. Diferença entre receitas correntes e transferências aos municípios, incluídas; (\*\*\*) Outras despesas correntes.

(Paraná - indicadores financeiros/Planilha 3)

<b>Tabela B do Anexo. RCL dos estados, 2002 - 2018</b>																		
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio).																		
UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa anal
AC	2.673	2.454	2.592	3.065	-	3.615	4.076	4.342	4.483	4.686	4.903	5.208	5.684	4.825	4.976	4.866	5.138	4,2
AL	4.556	4.430	4.894	5.136	5.415	6.079	6.450	6.266	6.693	7.130	7.104	7.252	7.579	7.340	8.444	7.738	8.290	3,8
AM	7.808	7.097	8.105	8.651	9.040	9.967	11.315	10.366	11.954	12.886	14.175	14.309	14.421	13.179	13.166	12.896	14.040	3,7
AP	2.298	2.187	2.621	2.969	3.216	3.622	4.147	3.659	4.135	4.347	5.091	4.591	5.423	2.485	4.420	-	4.906	4,9
BA	20.520	20.347	22.935	23.867	25.552	25.162	26.980	26.761	30.263	31.505	33.638	34.038	35.680	34.562	33.860	33.994	35.021	3,4
CE	12.454	11.911	12.263	13.196	12.808	15.295	17.576	17.916	19.733	20.855	19.426	18.752	19.005	18.348	19.790	19.119	19.969	3,0
DF	18.665	11.750	12.565	13.685	14.956	15.982	17.823	18.209	19.438	20.252	21.170	21.998	22.785	29.307	27.542	21.515	21.888	1,0
ES	7.654	8.589	10.090	11.743	12.365	13.772	14.012	12.913	13.653	15.165	16.062	14.693	15.451	14.381	13.156	13.041	13.942	3,8
GO	9.915	11.145	12.345	12.711	13.047	14.599	16.230	15.735	17.553	19.713	20.842	21.316	21.921	21.022	21.364	22.625	22.374	5,2
MA	7.983	7.097	6.874	7.939	8.625	9.750	10.921	10.918	11.407	12.631	13.650	12.806	13.437	13.111	13.912	13.547	13.905	3,5
MG	31.979	34.687	37.004	40.782	44.290	48.416	55.701	50.580	54.888	57.564	58.751	59.278	61.442	60.608	57.045	57.158	58.603	3,9
MS	5.098	5.474	6.348	6.160	6.892	7.565	8.711	8.416	8.795	9.475	9.887	10.128	10.733	10.129	10.515	10.571	11.540	5,2
MT	6.154	7.399	8.354	8.922	9.012	9.983	11.152	11.145	11.940	12.337	13.324	13.686	14.394	14.146	15.058	15.286	15.950	6,1
PA	8.773	8.456	9.290	10.007	11.120	12.084	13.839	13.917	15.088	16.190	18.738	18.540	19.796	20.125	19.746	19.186	19.547	5,1
PB	5.313	5.348	5.424	6.609	7.210	7.648	8.112	8.259	8.585	9.450	9.409	9.931	10.211	9.652	9.820	9.774	9.916	4,0
PE	13.970	12.911	14.394	16.326	15.005	16.113	18.368	18.553	20.983	22.927	23.416	24.252	24.606	24.010	23.310	23.436	24.297	3,5
PI	3.942	3.372	4.189	4.996	5.434	5.756	7.037	7.069	7.579	7.942	8.307	8.132	8.227	8.032	8.457	8.671	9.069	5,3
PR	20.332	19.593	20.388	21.444	22.557	23.812	26.202	26.231	27.893	29.973	31.254	35.930	37.571	38.716	38.387	39.660	39.194	4,2
RJ	40.573	47.350	50.719	51.615	56.007	56.072	63.063	56.173	63.868	67.766	66.956	65.551	60.503	59.935	49.650	54.198	60.372	2,5
RN	5.504	5.231	5.932	6.764	7.487	7.695	8.463	8.447	9.238	9.362	10.058	10.284	10.336	11.274	9.629	9.831	9.687	3,6
RO	3.381	3.420	3.843	4.426	4.521	4.953	5.870	5.618	6.198	7.142	7.130	6.814	7.322	7.034	7.194	6.954	7.273	4,9
RR	1.940	1.662	1.747	2.158	2.380	2.510	3.265	2.810	2.941	3.740	3.356	3.437	3.646	3.402	3.698	3.404	3.611	4,0
<b>RS</b>	<b>24.771</b>	<b>25.307</b>	<b>24.843</b>	<b>26.355</b>	<b>27.570</b>	<b>28.306</b>	<b>31.527</b>	<b>31.625</b>	<b>35.452</b>	<b>34.899</b>	<b>35.374</b>	<b>38.092</b>	<b>38.484</b>	<b>36.731</b>	<b>39.113</b>	<b>38.676</b>	<b>40.468</b>	<b>3,1</b>
SC	11.904	10.877	12.670	14.267	13.213	16.357	18.880	17.897	19.805	21.564	21.608	22.243	23.507	23.510	22.897	22.900	23.709	4,4
SE	4.604	4.298	4.616	5.417	5.855	6.081	7.001	6.876	8.724	7.628	7.923	7.873	7.989	7.666	7.588	7.401	7.636	3,2
SP	106.710	102.389	110.029	118.116	129.344	135.917	149.353	150.775	166.550	168.738	171.782	180.434	178.103	169.285	155.843	162.418	164.336	2,7
TO	3.788	3.639	3.844	4.676	4.821	5.335	6.232	5.925	6.509	7.182	7.492	7.509	8.087	7.693	8.950	7.748	7.417	4,3
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.																		<b>4,0</b>
(RS - indicadores financeiros/RCL dos estados)																		

Anexo de tabelas												
Tabela C - Estado do R.G,do Sul - principais variáveis financeiras, 2002-2018												
Em R\$ milhões correntes												
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital	
2002	9.343,2	2.981,2		445,3	1.780,9	6.649,7	1.219,0	- 380,0	378,3	-306,4	371,8	
2003	10.950,0	3.420,6		772,2	2.072,0	7.496,2	1.423,8	- 382,4	504,9	-42,0	431,8	
2004	11.458,3	3.668,7		658,2	2.866,8	7.831,1	1.459,0	- 919,7	58,9	-698,6	437,2	
2005	12.990,6	4.012,6		615,4	3.231,3	8.541,6	1.714,3	- 925,2	460,2	-496,6	186,7	
2006	14.158,2	4.453,9		664,4	3.399,7	9.557,4	1.775,5	- 899,6	309,1	-574,4	339,2	
2007	15.065,5	4.866,0		400,5	3.398,3	10.170,3	1.830,4	623,2	974,0	-333,5	1.357,2	
2008	17.732,5	5.229,3		660,8	3.806,3	10.949,5	1.990,6	442,7	2.361,5	986,1	117,3	
2009	18.657,1	5.793,3		661,9	4.248,2	11.863,0	2.112,3	10,4	1.938,8	433,7	238,6	
2010	21.969,0	6.564,9		1.936,9	4.886,0	13.391,0	2.168,9	- 156,5	1.582,2	1.523,0	257,4	
2011	23.061,3	7.290,0		1.104,5	5.447,5	14.867,9	2.504,2	- 487,6	1.454,1	241,7	375,2	
2012	24.638,2	8.197,4		1.223,2	5.857,4	16.703,6	2.685,5	- 732,2	804,6	-608,3	1.099,3	
2013	28.177,2	9.336,8		1.429,5	7.252,8	18.897,1	2.894,5	- 1.394,0	623,9	-867,3	902,7	
2014	30.269,5	10.649,3		1.774,8	7.454,5	21.684,8	3.268,9	- 1.266,7	542,2	-2.138,7	2.646,8	
2015	31.499,0	11.966,8	1.411,15	809,0	7.982,1	24.349,5	3.740,0	- 4.942,5	1.777,1	-4.572,6	439,0	
2016	36.473,6	13.317,2	1.411,15	1.097,1	8.871,4	25.465,8	1.744,0	- 143,1	854,7	392,5	561,5	
2017	37.308,9	14.448,7	1.411,15	1.106,3	9.292,3	27.122,0	2.249,6	- 1.668,7	422,5	-1.354,9	792,5	
2018	40.468,2	15.704,9	1.946,9	1.751,3	9.796,3	29.041,7	3.970,5	- 2.737,7	793,9	-2.340,3	1.353,9	
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.												
RS - indicadores financeiros/Planilha 5)												

Anexo de tabelas											
Tabela D - Estado do R.G.Sul- principais variáveis financeiras, 2002-2018											
Em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA médio anual).											
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Serviço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital
2002	24.770,9	7.904,0	-	1.180,7	4.721,5	17.629,9	3.231,7	-1.007,4	1.003,0	-812,3	985,6
2003	25.307,0	7.905,5	-	1.784,7	4.788,7	17.324,9	3.290,5	-883,8	1.166,9	-97,1	998,0
2004	24.842,8	7.954,2	-	1.427,1	6.215,5	16.978,7	3.163,3	-1.994,0	127,7	-1.514,7	947,9
2005	26.354,7	8.140,6	-	1.248,4	6.555,5	17.328,8	3.477,9	-1.877,0	933,7	-1.007,4	378,8
2006	27.569,9	8.673,0	-	1.293,7	6.620,1	18.611,0	3.457,3	-1.751,8	602,0	-1.118,5	660,5
2007	28.306,0	9.142,5	-	752,6	6.384,9	19.108,6	3.439,0	1.170,8	1.830,1	-626,6	2.550,0
2008	31.526,6	9.297,2	-	1.174,8	6.767,2	19.467,2	3.539,1	787,0	4.198,5	1.753,2	208,6
2009	31.624,8	9.819,9	-	1.122,0	7.200,9	20.108,3	3.580,5	17,6	3.286,3	735,1	404,5
2010	35.452,2	10.594,0	-	3.125,6	7.884,8	21.609,6	3.500,1	-252,6	2.553,3	2.457,7	415,3
2011	34.898,8	11.032,0	-	1.671,5	8.243,7	22.499,8	3.789,6	-737,9	2.200,6	365,8	567,8
2012	35.373,7	11.769,3	-	1.756,2	8.409,6	23.981,8	3.855,7	-1.051,3	1.155,2	-873,3	1.578,3
2013	38.091,5	12.622,0	-	1.932,4	9.804,7	25.546,2	3.913,0	-1.884,5	843,4	-1.172,4	1.220,4
2014	38.484,3	13.539,4	-	2.256,4	9.477,5	27.569,8	4.156,0	-1.610,4	-689,3	-2.719,1	3.365,1
2015	36.730,7	13.954,4	1.645,5	943,3	9.307,9	28.393,7	4.361,1	-5.763,4	-2.072,3	-5.332,0	511,9
2016	39.113,4	14.281,0	1.513,3	1.176,5	9.513,5	27.308,8	1.870,2	-153,5	916,5	420,9	602,1
2017	38.676,3	14.978,2	1.462,9	1.146,9	9.632,8	28.116,0	2.332,1	-1.729,9	-438,0	-1.404,6	821,6
2018	40.468,2	15.704,9	1.946,9	1.751,3	9.796,3	29.041,7	3.970,5	-2.737,7	793,9	-2.340,3	1.353,9
Taxa	3,1%	4,4%		2,5%	4,7%	3,2%	1,3%	6,4%	-1,5%	6,8%	2,0%
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.											
(RS - indicadores financeiros/Planilha 5)											

<b>Tabela E do Aenexo - ICMS dos estados nos períodos selecionados</b>								
Valores em R\$ 1.000,00 constantes de 2018 pelo IPCA médio anual.								
UF	2002	2013	2018	Taxas reais por período				
				2002-2013	2013-2018	Ordem	2002-2018	Ordem
AC	449.338	1.066.764	1.413.100	8,2%	5,8%	1	7,4%	1
AL	1.764.569	3.711.411	4.267.900	7,0%	2,8%	5	5,7%	6
AM	5.141.227	10.038.544	9.276.300	6,3%	-1,6%	22	3,8%	20
AP	366.547	1.060.508	841.500	10,1%	-4,5%	26	5,3%	9
BA	13.124.985	21.199.872	23.507.600	4,5%	2,1%	8	3,7%	21
CE	6.278.159	11.579.422	11.841.800	5,7%	0,4%	15	4,0%	19
DF	5.697.947	8.347.572	7.988.900	3,5%	-0,9%	21	2,1%	25
ES	6.268.201	11.633.959	10.198.700	5,8%	-2,6%	24	3,1%	24
GO	7.726.199	15.989.764	15.691.200	6,8%	-0,4%	19	4,5%	16
MA	2.378.345	5.874.889	6.881.300	8,6%	3,2%	4	6,9%	3
MG	24.915.689	47.645.681	61.976.500	6,1%	5,4%	2	5,9%	4
MS	3.557.316	8.434.914	8.568.700	8,2%	0,3%	16	5,6%	7
MT	4.882.886	10.244.433	9.933.300	7,0%	-0,6%	20	4,5%	15
PA	4.514.898	10.387.982	10.850.300	7,9%	0,9%	12	5,6%	8
PB	2.424.980	5.209.698	5.491.000	7,2%	1,1%	11	5,2%	10
PE	7.496.578	15.604.945	15.444.500	6,9%	-0,2%	18	4,6%	14
PI	1.433.777	3.594.304	4.451.600	8,7%	4,4%	3	7,3%	2
PR	14.795.687	28.018.274	29.842.100	6,0%	1,3%	9	4,5%	17
RJ	27.234.804	45.264.564	37.644.950	4,7%	-3,6%	25	2,0%	27
RN	2.689.613	5.321.749	5.662.300	6,4%	1,2%	10	4,8%	13
RO	1.694.558	3.608.879	3.636.500	7,1%	0,2%	17	4,9%	11
RR	317.030	700.503	527.700	7,5%	-5,5%	27	3,2%	23
RS	19.124.130	31.764.980	32.513.200	4,7%	0,5%	13	3,4%	22
SC	10.071.694	18.844.411	21.329.700	5,9%	2,5%	7	4,8%	12
SE	1.761.117	3.380.855	3.458.100	6,1%	0,5%	14	4,3%	18
SP	96.646.069	152.357.313	135.498.800	4,2%	-2,3%	23	2,1%	26
TO	1.076.917	2.244.109	2.495.986	6,9%	2,2%	6	5,4%	5
<b>BRASIL</b>	<b>273.833.261</b>	<b>483.130.298</b>	<b>481.233.536</b>	<b>6,6%</b>	<b>0,5%</b>		<b>4,6%</b>	
<b>Mediana</b>					<b>0,5%</b>		<b>4,8%</b>	

Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados.

(Estados 2019/ICMS/PIB dos estados, 2019/ICMS-PIB/E-179).